

Dívida volta à pauta

- 4 OUT 1986

JORNAL DE BRASIL

As vantagens concedidas ^{Est} pelos bancos estrangeiros ao México, que incluem uma redução significativa dos "spreads" (taxas de risco) cobrados daquele país, serão o ponto de partida da nova rodada de negociação da dívida externa brasileira segundo disseram ontem os ministros Dilson Funaro, da Fazenda, e João Sayad, do Planejamento, ao presidente José Sarney, durante uma reunião realizada no Palácio do Planalto. Os ministros mostraram-se muito otimistas com a possibilidade de o Brasil vir a conseguir na próxima rodada de negociações com os seus credores no exterior, condições de pagamento até mesmo melhores que aquelas conseguidas pelo México.

No entendimento dos ministros Funaro e Sayad, se os bancos estão dispostos a conceder uma série de vantagens ao México, cuja economia tem encontrado maiores obstáculos a uma política de ajustamento que a brasileira, não terão como se negar a favorecer ao Brasil, que tem sido um cliente exemplar no pagamento pontual dos seus compromissos.

Os ministros não acreditam, segundo se informou no Palácio do Planalto, ao final da reunião com o presidente, que o Brasil deixe de obter certas vantagens na negociação da sua dívida externa, por se recusar a aceitar o monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os bancos privados estrangeiros, segundo explicaram ao presidente Sarney, já aceitam tranqüilamente a posição do governo brasileiro de não ser monitorado pelo FMI. Quem vem, segundo ele, relutando em acatar esta posição são os representantes do Clube de Paris (autoridades dos governos dos países ricos) e, principalmente, as autoridades do governo dos Estados Unidos. Isso — admiram — cria algum problema para o Brasil, que deve US\$ 7.9 bilhões de dólares ao Clube de Paris, mas, assim entendem, "um problema perfeitamente administrável". Haja vista que o Brasil decidiu, unilateralmente, fixar sua própria forma de pagamento dos juros da dívida externa contraída com o Clube de Paris, sem que tenha ocorrido qualquer negociação. Se esta negociação continuar não ocorrendo, porque o país não vai aceitar o monitoramento do Fundo, então, segundo Sayad e Funaro, tudo o que se tem a fazer é deixar as coisas como estão, e o Brasil continua pagando o que deve de forma unilateral e, ao que repete o ministro Funaro, o governo brasileiro "tem certeza de que ninguém vai devolver o cheque". No que se refere às amortizações com o Clube de Paris, elas também continuarão a ser feitas caso a caso, através de acordos individuais com cada um dos credores, especificamente.

Os ministros da Fazenda e do Planejamento, segundo se informou ontem no Palácio do Planalto, entendem que as condições concedidas pelos bancos privados ao México são um fato auspicioso para todos os demais devedores e, principalmente, para o Brasil, o principal devedor. É certo — assinalam os ministros — que o poder de barganha de todos os demais devedores e, principalmente, o Brasil, o principal devedor, se fortalece ante o exemplo mexicano.